

Sem aval da dívida, País poupará US\$ 20 bi

MONICA IZAGUIRRE

BRASÍLIA — A renegociação descentralizada da dívida externa brasileira poderia gerar um alívio de pelo menos US\$ 20,12 bilhões aos cofres públicos. O valor corresponde aos compromissos que o Governo Federal deixaria de honrar apenas em nome de 12 entre as estatais mais endividadas no exterior, Estados e Municípios, caso o Tesouro Nacional retirasse o aval que hoje dá à dívida dessas instituições.

O levantamento consta de um estudo recentemente publicado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), que aborda, entre outros assuntos, as perspectivas em relação ao endividamento externo para a próxima década. Na publicação denominada "Para a Década de 90", que terá mais três volumes, os economistas Fernando Werneck, Paulo Zolhof, Eduardo Ohana e Geraldo Pereira Júnior sugerem que o próximo presidente da República descentralize a renegociação da dívida externa.

O aval dado pelo Tesouro a estatais, Estados e Municípios, argumentam os técnicos do Ipea, tem-se refletido de forma negativa nas finanças do Governo, aumentando a dívida pública interna, apontada em outro estudo da mesma publicação como o centro das pressões inflacionárias

sobre a economia. Isso porque, além daqueles emitidos para rolar a própria dívida interna, o Tesouro se vê obrigado a colocar títulos para honrar compromissos externos desses setores.

Das 20 estatais que integram a lista das mais endividadas no exterior, por exemplo, somente a Petrobrás, Acesita, Companhia Vale do Rio Doce e sua subsidiária Albrás cobrem integralmente seus débitos externos com recursos próprios, afirma o estudo. Só em 1988, os juros pagos da dívida externa correspondentes ao setor público foram de US\$ 7,9 bilhões, de acordo com o estudo.

Uma das principais críticas feitas pelos técnicos do Ipea sobre o rumo dado pelo Governo à questão do endividamento externo é a transferência da dívida do setor privado para o setor público. O processo começou em 1977, quando, através da resolução 432, o Banco Central passou a assumir compromissos a vencer de mutuários públicos e privados, a partir do depósito do valor correspondente em moeda nacional.

O mecanismo transferiu o risco das oscilações na taxa cambial e dos juros ao Governo, sem que este estivesse preparado para arcar com tais encargos, avaliam os técnicos. Somada ao aval dado pelo Tesouro à dívida das estatais, a situação "está levando o setor público a uma condição de falência técnica", concluem os economistas.